

Jorge Morais Barbosa

*Universidade de Coimbra; jmobarbossa@mail.telepac.pt*

## Verbos impessoais?\*

1. Se há ponto onde, seguindo a tradição latina, parece estar de acordo a generalidade das gramáticas de língua portuguesa é na consideração da existência de um grupo de verbos que classificam de impessoais e definem como sendo aqueles “que apenas se conjugam na terceira pessoa do singular”. Registam-se, é certo, diferenças na nomenclatura preferida por cada uma delas ou em pormenores taxinómicos. Assim, por lhes faltarem na conjugação as restantes formas, incluem algumas delas tais verbos entre os defectivos, dos quais constituiriam um subgrupo. Outras, ou as mesmas, distinguem verbos impessoais de unipessoais, ao passo que terceiras, não estabelecendo tal distinção, usam como equivalentes estas duas designações. Há ainda as que diferenciam verbos “essencialmente impessoais” de “verbos acidentalmente impessoais” ou falam de verbos pessoais que em certos usos se tornariam impessoais. No fundamental, porém, mantêm-se consonantes.<sup>1</sup>

2. Na peugada de João de Barros, que cita, sintetizou ou antecipou Jerónimo Soares Barbosa muito do que a propósito fora ou viria a ser escrito:

Chamão-se verbos *Pessoaes* aquellos, que se usão em todas as pessoas de ambos os numeros, como *Bastar; Cumprir; Haver; Parecer; Relevar; Ser*, e infinitos outros. Mas estes mesmos, e outros passão a impessoaes, quando se empregão só nas terceiras pessoas do singular indeterminadamente sem expressar o sujeito, como: *A mim* convem *dar doutrina*, *a ti* releva *aprender sciencia*, *aos homens* apraz *ter dinheiro*, *às mulheres* cumpre *bonestidade*, e *a todos obedecer aos preceitos da Igreja.*// Os verdadeiros impessoaes são aquellos, que se não usão nunca se não na terceira pessoa do singular, como: *Amanbece, Anotece, Chove, Neva, Orvalba, Troveja* ou *Trovã, Venta*, etc. Os sujeitos destes verbos, que podem ser *Deos, O Ceo, A nuvem*, etc., pela maior parte se sobentendem; às vezes porém se expressão, como: *Se amanbece o Sol, a todos aquenta*; e *se chove o Ceo, a todos molha.*” (Soares Barbosa, 1830:242-243).

Antes dele, escrevera Moraes:<sup>2</sup>

Alguns verbos não tem variações respondentes á primeira, nem á segunda pessoa, que

---

\* Investigação realizada no âmbito do Projecto PLUS 1999/Lin/15156, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

<sup>1</sup> O gramático que mais desenvolveu a exposição do assunto terá porventura sido Pereira (1919:484-488).

<sup>2</sup> É esta a data em que Moraes concluiu o epitome da *Grammatica Portugueza* aqui citado.

são de commum homens, porque os attributos dos táes verbos não podem cõpetir a homens; assim não dizemos, *eu chovo, eu corisco, eu trovejo*. (Moraes:1831, cap. V, §15)

Em síntese, existiriam verbos pessoais que passariam a impessoais e verbos impessoais que passariam a pessoais e estes últimos sê-lo-iam por se empregarem apenas na terceira pessoa e por carecerem de sujeito ou o terem subentendido.

3. O primeiro ponto levaria a precisar os critérios de classificação dos verbos e a supor a multiplicação destas unidades lexicais, na medida que haveria um verbo *bastar* pessoal e outro verbo *bastar* impessoal, um verbo *parecer* pessoal e outro verbo *parecer* impessoal, e assim por diante, exactamente como sucederia admitindo, com quase todos os autores, a existência de verbos “meteorológicos” como *chover* ou *amanbecer* (*Hoje choveu, No Verão amanbece mais cedo*) e de homónimos seus não “meteorológicos”, estes também copiosamente representados na literatura: “*cujos pés e mãos estão chovendo sangue divino*”, “*amanbeceste hoje, sabe Deus se anoitecerás*” (Moraes, 1830: ss.uu. *Chover, Anoitecer*)<sup>3</sup> ou nos mais correntes *Choviam insultos sobre a assistência*, ditos de uso figurado.

Na linha do que já temos feito (Morais Barbosa, 2004), recordaremos aqui, em primeiro lugar, que considerar a existência de sentidos “figurados” pressupõe admitir a existência de um sentido próprio, do qual decorreriam aqueles. Ora, como é sabido, nenhuma unidade linguística tem sentido por si mesma fora de contexto ou situação, incluída nesta a situação de enunciação, ou, melhor dizendo, o que tem sentido não é qualquer unidade no seu contexto ou situação, mas sim o todo enunciativo de que ela participa. Por exemplo, *operação* teria diferentes sentidos em colocação com *bancária*, com *cirúrgica*, com *aritmética*, com *mental*, etc., mas, para ser exacto, o que tem sentido não é propriamente *operação*, mas *operação bancária*, *operação cirúrgica*, etc. Identicamente, o monema representado por *-va* em *Gostava de te ver* terá o sentido de algo que ficou para trás no tempo (“nas últimas férias”, “quando te vestias assim”...) ou sentido “potencial” (“gostaria”), consoante a situação enunciativa, *Dar com o nariz na porta* quererá dizer, em certa enunciação, que se bateu com o apêndice nasal e não com a testa numa porta, não numa janela, em outra enunciação haver-se tentado algo em vão. Sendo assim, todo e qualquer sentido figura um valor significativo, o qual com propriedade se dirá ser o significado linguístico de um termo, identificável por oposição ao valor de qualquer um dos termos susceptíveis de com ele comutarem, seja o termo uma “palavra” seja um segmento mais vasto.

Nesta ordem de ideias, tão “figurados” serão os sentidos “meteorológico” quanto o não “meteorológico” de *chover*, *amanbecer*, etc., pelo que, sendo cada um destes verbos um só e o mesmo, é de esperar que mantenha as suas propriedades sintácticas independentemente do sentido com que se use, o que não implica que se actualizem necessariamente todas elas. O mesmo é dizer que nem todos os argumentos de um verbo são sempre preenchidos, facto já reconhecido pelas gramáticas que deixaram de distinguir verbos transitivos de intransitivos e passaram a falar de usos transitivos ou intransitivos de um mesmo verbo.

<sup>3</sup> Para estes e outros abundam ilustrações no *Dicionário*.

Não nos demorando na variedade dos critérios de classificação dos verbos, que serão sintácticos ou semânticos, apenas mencionaremos os primeiros, por se encontrar agora em causa a presença ou ausência de um sujeito.

4. Sem entrar na discussão do problema das “classes de palavras” ou “classes gramaticais”, que decorre da velha questão das “partes do discurso”, diremos que em si mesma, do mesmo modo que não tem sentido antes de actualizada, nenhuma unidade lexical (e outro tanto se dirá de muitas das chamadas gramaticais) pertence por natureza a qualquer “classe”. Por exemplo, se se vê, e bem, em *cantor* o mesmo sufixo de *pintor* e em *cantavas*, *cantei*, *cantemos*, etc. “formas conjugadas” do verbo *cantar*, é porque naquela e nestas se encontra uma mesma unidade *cant-*, que, não sendo nome nem verbo, está disponível para a partir dela se formarem verbos e nomes (*cantatarolar*, *canto*, o mesmo *cantor*, etc.). Por outras palavras, como lembrou Alarcos (Alarcos, 1994:§192), uma palavra não se conjuga porque é verbo, é verbo porque se conjuga.

A primeira propriedade sintáctica que em português permite atribuir a uma unidade estatuto verbal reside em ser determinada por monemas de certas classes, “tempo”, “perspectiva”, “modo”, “aspecto” e “pessoa”,<sup>4</sup> sendo esta última a única indispensável à formação de qualquer sintagma verbal, excepto o gerundivo;<sup>5</sup> isto é, para que dado monema se actualize como verbo é indispensável que com ele concorra um monema pessoal (P): *canto* = *cant* + P1, *cantamos* = *cant* + P4, etc. Não constituem excepção os sintagmas verbais invocados como exemplos de verbos ditos impessoais ou usados impessoalmente, já que em todos eles figura o monema P3: *amanbece* e *chove*, *amanbeceu* e *choveu*, *amanbecerá* e *choverá* estão para *amanbecer* e *chover* como *bebe*, *bebeu*, *beberá* estão para *beber*.

Entre o que se pode designar por determinantes imediatos do verbo, possui a classe “pessoa” a característica de, além da mencionada indispensabilidade, preencher uma função sintáctica, na ocorrência a de sujeito. Na verdade, ninguém negará a existência de sujeitos em *Chegou*, *viu e venceu* e outro tanto se dará em *Chegámos cansados*, onde creio que nenhuma gramática deixará de julgar *cansados* predicativo do sujeito e de assim aceitar a presença deste, ainda que eventualmente dizendo-o aqui e ali elidido ou subentendido. No entanto, além de a noção de subentendido relevar do sentido, se se quiser da semântica, nunca da sintaxe, convirá abandonar, por não pertinente, o conceito de elisão ou elipse. Bastará, de facto, confrontar *O professor disse que sabe francês* e *O professor disse que ele sabe francês* para se concluir que, ao menos em português europeu, a presença ou ausência de manifestação do sujeito no exterior do sintagma verbal convoca sentidos diferentes:<sup>6</sup> ali o referente da P3 de *sabe* coincide com o da P3 de *disse*, aqui não, pelo que se trata de questão de natureza referencial e não sintáctica no que concerne ao sujeito, o qual, no nosso quadro, nunca

<sup>4</sup> Morais Barbosa, 1998<sup>a</sup> e 1998b.

<sup>5</sup> Notar-se-á, todavia, do ponto de vista sintáctico, que, tendo toda a frase como núcleo um sintagma verbal, os sintagmas gerundivos não dão lugar a frases.

<sup>6</sup> Embora com intervenção de outros factores, dos quais não cumpre tratar agora, algo semelhante sucede em casos como *Paguei eu os cafés* em confronto com *Paguei os cafés* ou nos mais distantes *Eu compro o café, tu (compras) a fruta* vs. *Compro o café, compras a fruta*.

será “nulo”. Curiosamente, apesar da omnipresença da figura da elipse na *Minerva* do Brocense, entendeu o gramático salmantino que

si toda oración debe constar de nombre y verbo, erróneamente enseñan los gramáticos que existen verbos impersonales sin sujeto, como *miseret, licet, currit, egetur*; se engañan radicalmente, porque no vieron que el sujeto está oculto en el propio verbo o está incluso en la oración” (Sánchez, 1587:87).

5. Deixando sem comentário a contradição nos termos que consiste em chamar-se “impessoais” a verbos de que afinal se diz conjugarem-se numa “pessoa”,<sup>7</sup> o que importa salientar é a evidente confusão entre funções sintácticas e papéis semânticos, confusão que, compreensível em outros tempos, o parece hoje menos. Sabe-se há muito, e seria supérfluo repeti-lo, que a uma função sintáctica, digamos de sujeito, correspondem papéis semânticos diversos, os quais, não apresentando manifestação formal própria, se podem multiplicar quase indefinidamente: agente, causador, paciente, destinatário, experienciador, localizador, etc. Assenta aí a distinção entre actantes, cujo estatuto é essencialmente sintáctico e portanto linguístico, e participantes, que se reportam aos intervenientes no processo referido pelo verbo e são portanto de natureza extralinguística. Em português, para que haja frase, excepto em interrogativas do tipo de *Que fazer?*, é obrigatório o actante sujeito. O facto de a um actante se associar muitas vezes um participante, como é o caso de *Mariana*, a um tempo actante-sujeito e participante, em *A Mariana tem sempre boas notas*, não permite concluir pela indispensabilidade de tal associação: nos usos ditos de “sujeito indeterminado”, *Dizem que os impostos vão baixar, Bateram à porta* está presente o actante sujeito na forma de P6, e está-o igualmente na forma de P3 em *Diz-se que os impostos vão baixar, Trabalha-se, trabalha-se e não se vê nada*, mas não existem ou não se conhecem participantes nos respectivos processos. Justamente por faltar manifestação formal inequívoca à categoria “participante”, torna-se por vezes difícil, senão impossível, afirmar ao certo se há ou não verdadeiros participantes num processo: por exemplo, em *Trabalha uma pessoa a vida inteira e não vê nada*, “*Eles não sabem, nem sonham*, / [...] / *Que sempre que um homem sonha* [...]”, serão verdadeiros participantes *pessoa, eles e homem*, que prolongam nominalmente o sujeito fora do sintagma verbal? A resposta dependerá da relação que se estabelecer entre os conceitos de participante e referente, mas não é agora relevante para o nosso propósito.

6. É à luz do que se acaba de escrever que cumpre ponderar a alegada impessoalidade de certos verbos ou usos.

Do mesmo modo que se reconhece a existência de sujeito, representado por P3, em *Cbegou*, sem que para tanto seja necessária a co-presença de um nominal como *A Mariana* ou *Ela*, assim também se há-de reconhecê-la em *Chove* ou *Amanheceu*. A diferença reside no facto de ao actante P3 de *Cbegou* corresponder um participante,

<sup>7</sup> « rien de plus éloigné de ce sens véritable indiqué par l'étymologie du mot [impersonnel], que l'application, qu'en font les grammairiens, à des verbes dans lesquels ils reconnoissent néanmoins une inflexion relative à la troisième personne du singulier » (Beauzée, 1767 : tomo II, 370-371). Na mesma linha do Brocense, pronunciou-se longamente Beauzée, *ib.*, 368-381, contra o conceito de verbo impessoal; no Índice escreveu que « Les prétendus Verbes *impersonnels* ne le sont point ».

que o contexto ou a situação enunciativa permitirão identificar (*A Mariana, O Inverno*) – e a prová-lo estará *Vivo em Coimbra*, cujo participante será indiscutivelmente o emissor da mensagem –, ao passo que ao mesmo actante P3 de *Chove* ou *Amanbeceu* nenhum participante se associa. Aliás, não raro se ouvem construções do tipo de *Ele chove que Deus a dá, Ele trovejava que até metia medo*, onde será admissível crer que o expletivo *ele* prolonga fora do sintagma verbal o sujeito, como em *Ele cbegou*, e também em *Ele diz-se que vai chover, Ele parece que o tempo vai mudar*, com a diferença de, no primeiro caso, *vai chover* ser complemento directo e, no segundo, tratando-se de uma equativa, tanto poder *o tempo vai mudar* representar o sujeito como o seu predicativo, ou ainda em *Ele já me constou que a Nucha anda com o Tó, Ele há dias em que é melhor nem sair à rua*, etc.<sup>8</sup> É claro que a circunstância de aparecer o nominal *ele* não o torna participante do processo, o que confirma, por um lado, que a presença de um nominal (de um “sujeito lexical”, como impropriamente se diz) não basta para identificar um participante e, por outro, que é possível reconhecer um participante na ausência de nominal.

Foi, portanto, o entendimento do sujeito como participante no processo representado pelo verbo que levou inúmeros autores, desde pelo menos Port-Royal,<sup>9</sup> a procurar nominais que constituíssem o sujeito “oculto” de *Chover*, de *Haver*, etc. (*Chove = A cbuva cai, Há bomens = O mundo há* [“tem”] *bomens*, etc.).<sup>10</sup>

7. Do ponto de vista sintáctico merecem breve reflexão as construções de verbos chamados impessoais não “meteorológicos”, como *convir, cumprir, bastar, parecer, haver*.

Um dos critérios mais utilizados para a identificação da componente lexical do sujeito<sup>11</sup> consiste, conforme se sabe, na possibilidade da sua comutação pela forma tónica, não precedida de preposição, do pronome pessoal de P3, *ele*, e para a identificação do complemento directo a comutação pela forma átona *o* (*A Mariana tem sempre boas notas > Ela tem-nas*). Este critério não funciona, porém, em exemplos paradigmáticos como os de Soares Barbosa e outros: *Convém-me dar doutrina > \*Ele convém-me, Às mulheres cumpre honestidade > \*Ela cumpre às mulheres, Basta-me sair > \*Ele basta-me*, etc. Apesar disso, têm de considerar-se *dar doutrina, honestidade e sair* como sujeitos das respectivas frases, porque, por um lado, não admitem a pronominalização própria do complemento directo (*\*Convém-mo, \*Cumpre-o, \*Basta-mo*) e, por outro, o comprova a concordância resultante da comutação daqueles seg-

<sup>8</sup> Mereceriam tratamento à parte os usos de *ele* “expletivo” do tipo de *Ele eram jóias, ele eram vestidos, ele eram festas*, nos quais *eram jóias, eram vestidos, eram festas* poderão talvez considerar-se cada um como uma unidade sintáctica de plural interno, o que explicaria a falta de concordância de *ele*, algo à semelhança, ainda que distante, de *Deitar cedo e cedo erguer dá saúde e faz crescer*.

<sup>9</sup> Arnauld & Lancelot, 1993 [1660]: II, cap. XIX.

<sup>10</sup> O primeiro em Portugal terá sido Bacelar, 1996 [1783]: §77, n. (b): “*Ha bomens* [...] fáz este sentido: *Há numero d’ bomens* [...] *Ha muitas flores*; i.e. ha sortimento de muitas flores”, logo seguido por Lobato, 2000 [1787]: 319-320, n. (a): “*Ha muitos homens, que amão as ciencias*; aonde parece que ao verbo *Ha* na terceira pessoa do singular do presente do indicativo lhe serve de Nominativo o substantivo *Homens* no número plural; porém não he assim, por faltarem palavras, que se subentendem, e quer dizer: *Ha número de pessoas, que são muitos homens, que amão as ciencias*: onde claramente se vê, que ao verbo *Ha* só lhe serve de Nominativo o substantivo occulto *número*, com quem concorda”. No seu citado Epítome, Moraes divulgou entre nós a tese, que foi sendo aceite ao longo do século XIX.

<sup>11</sup> Daqui em diante, por razão de comodidade, usar-se-á para esta componente a designação de *sujeito*.

mentos por *estes livros* ou *obrigações*: *Convêm-me estes livros*, *Bastam-me estes livros*, *Cumprem-lhes obrigações*. Nada há, aliás, de estranho no facto de um sintagma infinitivo ocupar o espaço de uma função sintáctica, sujeito nos exemplos, complemento directo em outros (*Quero sair*, *Penso comprar aqueles livros*).

Algo de semelhante, ainda que com diferenças, ocorre com *parecer*. A semelhança reside na possibilidade de este verbo ter como sujeito um nominal, um sintagma infinitivo ou uma oração conectada por *que*: *Os alunos parecem inteligentes*, *Parece que ela não vem*, *Os alunos parece estudarem muito*, *Os alunos parece que estudam muito*, exemplificando os três últimos o uso dito impessoal do verbo. A diferença está em *parecer* não admitir complemento directo, mas sim determinação predicativa do sujeito: a pronominalização daqueles espaços também por *o* distingue-os do complemento directo na medida que não são nem pluralizáveis nem susceptíveis de variarem em género (*Os alunos parecem-no*, *As alunas parecem-no*), ao passo que o complemento directo o é (*Comprei as maçãs* > *Comprei-as*). Encontrar-se-á ainda tal determinação nos adverbiais de *Parece longe*, *Parece certo que ela não vem*, nos sintagmas infinitivos de *Parece certo ela não vir*, *Os alunos parecem estudar muito*, *Agora pareço ter-me libertado da alergia*, nos adjectivais de *Parece bonita*, *Parece em pé*, *Parece de borracha* (cf. parece constante).

O caso de *haver* afigura-se mais complexo. De acordo com a gramática prescritiva, este verbo, considerado impessoal e portanto desprovido de sujeito, apenas admitiria complemento directo. Tal é, de facto, o seu uso consagrado: *Há homens* > *Há-os*, *Há mulheres* > *Há-as*. A par desse, no entanto, são correntes empregos onde o nome tem claramente estatuto de sujeito, como *Haviam homens*, *Houveram homens*, *Se houvessem homens*, *Aqui costumavam haver festas*, etc., e Moraes, tecendo longas considerações sobre este verbo, registou inclusive *Hão dias* (Moraes, 1831: s.u. *Haver*); e também já se ouviu “*Havia lá muita gente, havia o padre, havia o Presidente da Junta, e depois havíamos nós*” e “*Não há ninguém senão eu para escrever*”.

Sendo certo que *nós* e *eu* não representam o complemento directo, igualmente o é que *\*havia-nos* e *\*havia-me* seriam inaceitáveis. Embora condenada, está, porém, longe tal sintaxe de ser apenas “popular”, recente ou rara. Ficou célebre a polémica a seu propósito travada entre Camilo e Carlos de Laet, a qual pôs em evidência que o romancista português a praticara.<sup>12</sup> Num artigo a que deu por título um passo do *Romance de Um Rapaz Pobre*, de Camilo, “*Houveram Coisas Terríveis*”, recenseou Cândido Jucá duzentas e trinta e duas abonações dessa sintaxe do século XIV ao século XX, em autores tão respeitáveis como Fernão Lopes, Zurara, Gândavo, Vieira, Fr. Manuel do Cenáculo, Jerónimo Soares Barbosa, Herculano, Castilho, Camilo (pelo menos sessenta! Inocência, Eça, entre muitos (Jucá & *al.*, 1943: 113-145).<sup>13</sup> E numa *Lições de arte poética*, de 1861, pode ler-se: “*Olhando para o rigor das regras e o mais que torna o soneto uma peça onde tanto labora a Arte; podêmos conjecturar que houverão circunstancias com que lhe derão o ser*” (Um anónimo, 1861: 240). Talvez por isso não

<sup>12</sup> Relatam a polémica Nascentes, 2003: 190 e Elia, 2003: 144-145.

<sup>13</sup> Devo ao colega e amigo Evanildo Bechara, a quem agradeço a possibilidade que tive de ler este artigo.

<sup>14</sup> A data de elaboração do trabalho foi proposta pela organizadora do volume, Maria da Conceição Neto Póvoa Ferreira, a páginas XV.

surpreenda ler-se o seguinte em uma gramática escrita na Bahia possivelmente entre 1817 e 1821: “O infinito *haver* substantivado pede verbo em qualquer numero, v. g.: *Podem ou pode haver homens que etc.*” (Caneca, 1972: 64).<sup>14</sup>

Quer isto dizer que, no sentido de “existir”, *haver* apresenta dois comportamentos sintácticos distintos: um que não admite sujeito exterior ao sintagma verbal e aceita complemento directo (*Havia homens*), outro que admite aquele tipo de sujeito, manifestado pela concordância entre o nominal não participante e P6, e não aceita complemento directo (*Haviam homens*). Idêntico é o caso de *dar*, *soar*, *bater*, *fazer* em *Deu duas horas*, *Deu-lhe as dores*, *Soou as duas horas*, *Bateu as ave-marias*, *Faz seis dias* versus *Deram duas horas*, *Deram-lhe as dores*, *Soaram as duas horas*, *Bateram as ave-marias*, *Faziam seis dias*.

8. Consoante se vê, em nenhum destes casos propomos distinguir dois verbos, pessoal e impessoal, *convir*, *cumprir*, *bastar*, *parecer*, *haver*, *dar*, *soar*, o que, a fazer-se, não só traduziria uma desnecessária pulverização do léxico, mas também contrariaria o princípio que se postula de acordo com o qual as unidades linguísticas se encontram disponíveis para diversas actualizações. E igualmente não distinguimos, nestes ou em quaisquer outros, usos pessoais e impessoais, por entendermos que na sintaxe de todos se encontra sempre representada no sintagma verbal a função sujeito.

**BIBLIOGRAFIA**

- ALARCOS LLORACH, Emilio (1994), *Gramática de la Lengua Española*, Madrid, Espasa Calpe.
- ANÓNIMO (1861), Lições de Arte Poética, em vista de J. Soares Barbosa e de outros autores [...] Por um anonymo, Madeira, TYP do Noticiaro.
- ARNAULD & LANCELOT, (1993 [1660]), *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, Genève, Slatkine Reprints.
- BACELAR, Bernardo de Lima e Melo, (1996 [1783]), *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, Reprodução fac-similada da edição de 1783, Introdução e notas de Amadeu Torres, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- BEAUZÉE, Nicolas (1974 [1767]), *Grammaire générale* [...], reimpressão fac-similada com Introdução de Barrie E. Bartlett, Estugarda, Friedrich Frommann Verlag.
- CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino, (1972 [1817-1821<sup>2</sup>]), *Gramática Portuguesa \* Tratado de Eloquência*, Rio de Janeiro, Colégio Pedro II.
- ELIA, Sílvio (2003), *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna. A data de conclusão deste livro póstumo, 1997 ou 1998, é apontado como possível por Evanildo Bechara no prefácio que para ele escreveu.
- JUCÁ (filho), Cândido; PINHEIRO, Domingues e TORRES, Artur (1943), “Houveram coisas terríveis”, *in Revista Filológica*, n.º 22, Rio de Janeiro.
- LOBATO, Reis (2000 [1797]), *Arte da Grammatica da Língua Portueguez*, Estudo e edição crítica de Carlos Assunção, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- MORAES, António da Silva (1823), *Diccionario da Língua Portueguez* [...], 3.ª ed., Lisboa, Typographia de M. P. de Lacerda. Id, 1831, 4.ª ed., na Imprensa Regie.
- MORAIS BARBOSA, Jorge (1998a), “Modalidades verbais portuguesas”, *in Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n.º 16, pp. 49-64.
- MORAIS BARBOSA, Jorge (1998b), «Le système verbal portugais», *in Fernand Bentolila* (ed.), *Systèmes verbaux*, Lovaina, Peeters.
- MORAIS BARBOSA, Jorge (2004), «Sur le statut des soi-disant expressions figées», comunicação ao 28.º Colóquio da Société internationale de linguistique fonctionnelle, Santiago de Compostela, Setembro de 2004, entregue para publicação nas Actas.
- NASCENTES, Antenor (2003), *Estudos Filológicos*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras. O artigo citado é possivelmente de 1939.
- PEREIRA, Eduardo Carlos (1919), *Grammatica Historica*, 2.ª ed., São Paulo, Secção de Obras de “O Estado de S. Paulo”.
- SOARES BARBOSA, Jerónimo (1822), *Grammatica Philosophica da lingua Portueguez*, Tipografia da Academia das Ciências. Edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres, Lisboa, Academia das Ciências, 2004.